



## repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior (parte I)

### I. Introdução

Este artigo será estampado em quatro partes. Vota-se ele à consideração do modelo elaborado por Caio Prado Jr. sobre a formação econômica e social do Brasil. Em seus vários segmentos, são apresentados análises e propostas alternativas ou complementares ao aludido modelo. Nesta primeira inserção, depois de apresentarmos os argumentos básicos de Caio Prado, apreciamos alguns elementos de caráter empírico que nos parecem bastantes para justificar uma qualificação do pensamento pradiano. Na segunda parte, preocupamo-nos, basicamente, com três aspectos de nosso evoluer histórico, quais sejam: o desenvolvimento de uma parcela populacional desvinculada das atividades imediatamente voltadas à economia de exportação, a expressiva presença quantitativa em nossa sociedade dos não-proprietários de escravos e, por fim, a estrutura de posse de cativos que vigorou no correr do tempo, estrutura essa marcada pela existência de um grande número de pequenos escravistas. Com base nas evidências reunidas nesses dois tópicos iniciais, na terceira parte postula-se a necessidade de se efetuar a superação do modelo de Caio Prado, vale dizer, é preciso ir além de Caio, sem deixar de lado suas imensas contribuições ao entendimento de nossa história socioeconômica; e isso terá de ser realizado em três níveis: no metodológico, no teórico e no plano da realidade concreta. É justamente à análise de proposições concernentes aos três níveis acima referidos que vai dedicada a última parte do estudo. Nela é trazida à discussão uma nova forma de capital, o **capital escravista-mercantil**, à qual dever-se-ia a base estrutural mestra da economia brasileira; esboça-se, ademais, uma categorização alternativa à de Caio Prado quanto a nossas atividades produtivas mais relevantes.

Com a formulação do conceito **sentido da colonização**, Caio Prado Júnior procurou evidenciar o escopo maior do colonizador (seus objetivos últimos) e identificar o conseqüente caráter dependente e reflexo da economia brasileira com respeito aos mercados e interesses externos: “... *explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. [...] Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco... (...) ...e em seguida café, para o comércio europeu. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. [...] O ‘sentido’ da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização.*” (Prado Júnior, 1987, p. 31-32); mais adiante acrescenta: “*Da economia brasileira, em suma, e é o que devemos levar daqui, o que se destaca e lhe serve de característica fundamental é: de um lado, na sua **estrutura**, um organismo meramente produtor, e constituído só para isto: um pequeno número de empresários e dirigentes que senhoreiam tudo, e a grande massa da população que lhe serve de mão-de-obra. Doutro lado, no **funcionamento**, um fornecedor do comércio internacional dos gêneros que este reclama e de que ela dispõe. Finalmente, na sua **evolução**, e como conseqüência daquelas feições, a exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável no tempo e no espaço, dos recursos naturais do país.*” (Prado Júnior, 1987, p. 129). Buscou, ademais, estabelecer os elementos estruturais básicos sobre os quais ocorreram a ocupação e valorização do território colonial, obedecido aquele **sentido**; encontrou-os na grande propriedade, na monocultura e na exploração do trabalho escravo. Delineou-nos, pois, um quadro

no qual, colocado em face de abundantes terras virgens (caráter extensivo e predatório das atividades), o colonizador ávido de lucros organizou a produção em larga escala (grande propriedade) de bens tropicais que garantissem rentabilidade máxima (monocultura), dada a inexistência de uma sociedade pretérita que pudesse fornecer mão-de-obra juridicamente livre e despossuída de meios de produção (escravismo). Por fim, *“Na agricultura colonial brasileira é preciso distinguir dois setores cujo caráter é inteiramente diverso. (...) De um lado, a grande lavoura, seja ela do açúcar, do algodão ou de alguns outros gêneros de menos importância, que se destinam todos ao comércio exterior. Doutro, a agricultura de ‘subsistência’, isto é, produtora de gêneros destinados à manutenção da população do país, ao consumo interno. (...) A grande lavoura representa o nervo da agricultura colonial; a produção dos gêneros de consumo interno – a mandioca, o milho, o feijão, que são os principais – foi um apêndice dela, de expressão puramente subsidiária.”* (Prado Júnior, 1987, p. 142-143). A nosso ver, é esta, em suma, a essência do modelo interpretativo proposto por Caio Prado Júnior; a este indiscutível contributo à compreensão de nossa formação histórica devemos, como sabido, um grande número de estudos nele inspirados e dos quais resultou, em grande parte, o avanço observado nas últimas décadas com respeito ao conhecimento de nosso passado econômico, político e social.

É, pois, a partir do reconhecimento da importância do modelo de Caio Prado Júnior que nos abalancamos a questioná-lo e a propor algumas soluções com as quais visamos a repensá-lo de sorte a contribuírmos para o estabelecimento de uma visão apta a integrar, criticamente, os novos raciocínios e os achados mais recentes decorrentes do referido avanço de nossos conhecimentos históricos.

Evidentemente, não nos escapa estarmos em face de um modelo **explicativo, interpretativo** – e não meramente **descritivo** – de nossa história. Assim, em face de eventuais reparos, poder-se-á, sempre, alegar que tal modelo **explica, em última instância**, nossa formação. De nossa parte, retorquiremos que tal alegação encobre uma grave limitação presente no núcleo mesmo do aludido modelo, qual seja: a de pensar a constituição da economia brasileira como

uma mera projeção imediata do capital comercial no plano da produção. Interessa-nos, pois, basicamente, o estabelecimento de categorias e mediações que, por não terem sido consideradas pelo autor, parecem-nos necessárias para a superação de seu modelo e o entendimento mais completo de nossa evolução histórica, particularmente no que tange à nossa constituição demo-econômica.

## II. *Espírito de Acumulação, Autoconsumo e Marginalidade*

Um corolário imediato do “sentido da colonização” está no fato de que tanto colonizadores como seus descendentes deveriam estar empolgados pela idéia da acumulação. Ora, no correr do tempo evidenciou-se que tal pressuposto não se cumpriu inteiramente. Uma parcela expressiva da população parece ter ficado infensa à perspectiva da acumulação;<sup>1</sup> de outra parte, associados aos que não **desejavam** participar do aludido processo de “enriquecimento”, encontraremos os que, embora pudessem estar desejosos de alcançar tal participação, não conseguiram efetivar tal anelo, pois, como fartamente sabido, os processos de acumulação no Brasil marcaram-se pela alta concentração da riqueza e pela conseqüente excludência de largos efetivos populacionais. Vemo-nos, portanto, em face de crescentes segmentos populacionais que se viram, por vontade própria ou em decorrência do próprio funcionamento da economia, cada vez mais apartados do referido processo de acumulação. Ora, tais pessoas encontram espaço muito restrito nos esquemas propostos por Caio Prado Júnior e, por via de regra, são relegados pelo autor a uma condição de marginalidade absoluta.<sup>2</sup> Destarte, é deixada de lado uma parcela muito numerosa de nossa população e, com ela, seu contributo para a formação demográfica do Brasil, sua vida econômica e a parte do produto global a ela devida, sobretudo a produção de gêneros básicos votados ao autoconsumo. Perde-se de vista, assim, o que hodiernamente chamaríamos “Brasil real” e se privilegia desmesuradamente o “Brasil exportacionista”, vale dizer, o segmento econômico voltado para os mercados mundiais. Repisemos aqui as próprias palavras de Caio Pardo Júnior: *“Entre estas duas categorias [senhores e escravos] nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização, comprime-se o núme-*

ro, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma. Aquele contingente vultoso em que Couty mais tarde viria o 'povo brasileiro', e que pela sua inutilidade daria como inexistente, resumindo a situação social do país com aquela sentença que ficaria famosa: '*Le Brésil n'a pas de peuple*'." (Prado Júnior, 1987, p. 281). Parece-nos desnecessário lembrar que tratar tal povo como inexistente ou categorizá-lo, sem mais, como composto de marginais sociais significa reproduzir as ideologias próprias das velhas elites dominantes e abrir as portas para teses simplistas como a que reduziu a questão social a uma questão de polícia.

### III. Grande Lavoura e Agricultura de Subsistência: Por Uma Categorização Alternativa

A referência ao autoconsumo leva-nos a outro ponto que merece atenção especial. Pensamos no tratamento emprestado à **agricultura de subsistência**. Sob este conceito o autor emparelhou realidades econômicas muito distintas o que acarreta, a nosso juízo, incontornáveis dificuldades analíticas. Assim, a par da produção em larga escala de gêneros alimentícios efetuada por escravistas de porte e vendida no mercado interno, enquadra-se na **agricultura de subsistência** a acanhada produção executada por não-proprietários e destinada ao seu próprio passadio. Sob esta categoria colocam-se, ainda, a produção realizada e consumida por cativos nas grandes propriedades escravistas voltadas ao plantio ou preparo de bens de exportação e a venda ocasional de excedentes agrícolas por parte de pequenos produtores isolados e sem escravo algum. Enfim, muitos aspectos da vida econômica de então restam enuviados por se verem colocados indistintamente sob um mesmo rótulo; perde-se, pois, a especificidade de cada um sem alcançar-se uma síntese esclarecedora. A nosso ver, sem se perder de vista o objetivo maior de Caio Prado Júnior – mostrar o papel subsidiário da produção de gêneros para consumo interno –, é possível reformularmos a categorização inicialmente proposta pelo autor sem incorrer nos aludidos prejuízos analíticos.

Ainda com respeito à **grande lavoura** e à **agricultura de subsistência** é preciso observar que os processos efetivos mediante os quais dava-se a acumulação, sobretudo o vinculado à produção em mais larga escala para o mercado interno, também ficam parcialmente obscurecidos por terem sido colocados no âmbito dos dois setores (grande lavoura/subsistência) aos quais, obviamente, o autor emprestou naturezas distintas. O risco maior envolvido em tal bipartição está, cremos, de um lado, em extremar-se o isolamento do processo de acumulação vinculado ao mercado interno e, por outro, em emprestar-se um peso mais do que o devido ao processo de acumulação concernente à produção dirigida ao mercado internacional. Assim, o processo vinculado ao mercado externo, mais dinâmico e determinante, passaria a ocupar quase todo o espaço reservado à acumulação, enquanto a produção para o mercado interno, além de subsidiária e dependente, viria a confundir-se com a mera economia de autoconsumo. Este é, a nosso juízo, outro argumento favorável à reconsideração da categorização esposada por Caio Prado Júnior. A esta questão voltaremos abaixo.

### IV. Terra: Propriedade Plena e Usufruto

Como se depreende dos próprios escritos de Caio Prado Júnior, estabeleceu-se, no Brasil, um largo distanciamento entre a propriedade da terra (altamente seletiva, elitista e restritiva) e as várias formas assumidas pelo seu usufruto (cessão graciosa, aluguel, aforamento, posse, existência de **moradores, agregados**, rendeiros, de lavradores mais modestos – os **obrigados** –, da meia, da terça etc.), o qual, diga-se, não se marcou pela excludência, mas, antes, por certa "permissividade" da qual resultou um amplo leque de maneiras mediante as quais tornou-se possível, aos menos privilegiados, o acesso à terra.<sup>3</sup> Tal distanciamento entre propriedade e usufruto parece-nos crucial para o entendimento da formação das populações brasileiras, sobretudo dos segmentos populacionais não imediatamente vinculados à manutenção e reprodução do sistema econômico dominante, vale dizer, não imediatamente necessários à **grande lavoura**. Assim, se nos centrarmos na consideração desta

última defrontar-nos-emos, sempre, com o latifúndio excludente; de outra parte, se dermos atenção ao usufruto da terra e ao autoconsumo veremos abrir-se o terreno no qual desenvolveu-se parcela substantiva da população brasileira, nesta mesma órbita, como veremos adiante, encontraremos, ademais, as raízes de muitos dos problemas sociais, demográficos e econômicos que nos afligem atualmente.

Fixemos, pois, uma outra qualificação ao modelo em tela: ao atribuir, no respeitante à nossa formação econômica e social, papel determinante à **grande lavoura**, o autor teve de prender-se às questões afetas à propriedade da terra vendo-se remetido, imediatamente, à produção em larga escala efetuada no latifúndio escravista e monocultor. Caso emprestemos, quanto àquela formação, papel de relevância – ou papel co-determinante, como diríamos – à assim chamada **agricultura de subsistência**, seremos levados à consideração de uma dimensão complementar à privilegiada por Caio Prado Júnior: o usufruto da terra e a conseqüente posse precária de pequenas áreas nas quais, sobretudo com base na mão-de-obra familiar, praticava-se a policultura voltada, essencialmente, para o autoconsumo.

A nosso ver, estamos em face de um caso flagrante em que um elemento de mediação – representado pelo usufruto da terra – desempenha papel co-determinante quanto à ocupação de um fator produtivo crucial, cabendo à propriedade plena da terra o papel de determinante em última instância quanto à alocação do fator.

A perspectiva metodológica ora explicitada tem ensejado a identificação de muitas vertentes temáticas dela decorrentes, várias das quais, aliás, viram-se exploradas em estudos recentes. Em face da peculiaridade e relevância das questões envolvidas e visando a evidenciar as potencialidades que se abrem ao admitirmos a existência de um conjunto de fatores co-determinantes – uns de caráter exógeno, outros de corte endógeno e conjugados aos primeiros –, dedicamos os quatro próximos tópicos que integram a segunda parte deste artigo à discussão de algumas daquelas vertentes temáticas, quais sejam: emergên-

cia da população dita “redundante”, características demográficas e econômicas dos não-proprietários de escravos, estrutura de posse de cativos e, por fim, policultura de gêneros básicos.

1 Como sabido, muitos autores coevos legaram-nos depoimentos sobre estas questões; escusamo-nos, portanto, de reproduzi-los aqui. Assim, recordando que suas opiniões marcaram-se, quase sempre, pelo eurocentrismo e por claras perspectivas ideológicas, cingimo-nos, tão-somente, à transcrição de uma ilustrativa passagem das impressões deixadas pelo português Augusto Emílio Zaluar que percorreu o território paulista em 1861 e na qual, certamente industriado por um morador local, contrapôs as **mentalidades** ora referidas: “À exceção das pessoas mais ilustradas, dos fazendeiros e comerciantes, o resto da população é naturalmente indolente, preguiçosa e alheia a todos os regalos da civilização, contentando-se apenas com qualquer meio de subsistência, sem se importar qual será a sua sorte no dia seguinte nem donde lhe virão recursos.”

“Como a terra é aqui abundante e toca a todos, esses homens, a quem se chama no lugar caipiras, cultivam a ferro e fogo o torrão que possuem, e plantam-lhe milho, feijão e arroz. Colhido o seu produto, que sem muito trabalho podem haver, levam-no ao mercado, onde o vendem para comprar a roupa que lhes é necessária durante o ano, e regressam à casa, entregando-se outra vez aos seus hábitos de ociosidade, confiados na fertilidade do solo, que lhes fornece abóboras, aipim, batatas e outros gêneros, bem como das matas, que lhes oferecem palmitos, aves e outras muitas qualidades de caça, assim como nos rios, que os alimentam com muitos, variados e gostosos peixes.”

“Nesta vida, quase completamente improdutivo, vão passando os anos e o tempo sem que se tire partido das grandes vantagens que promete o município, nem se desenvolva nenhum dos elementos de progresso que a natureza tão generosamente lhes confiou, estando condenados, como observa um morador da vila que nos forneceu estas notas, a ver esvaecerem-se as nossas mais fundadas esperanças, deixando estéril o nosso solo tão fértil, e sem útil aproveitamento os nossos campos tão amenos, os nossos climas tão saudáveis, os nossos rios tão serenos, os nossos sertões tão opulentos e majestosos, tudo por falta de ação, de trabalho e de energia!” (Zaluar, 1975, p. 108-109).

2 “Entre estas duas categorias [senhores e escravos] nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização, comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma. Aquele contingente vultoso em que Couty mais tarde viria o ‘povo brasileiro’, e que pela sua inutilidade daria como inexistente, resumindo a situação social do país com aquela sentença que ficaria famosa: ‘Le Brésil n’a pas de peuple’.”

“O número deste elemento indefinido socialmente, é avantajado, e cresce contínua e ininterruptamente porque suas causas são permanentes. No tempo de Couty, ele o calcula, numa população total de 12 milhões, em nada menos que a metade, 6 milhões. Seria menor talvez a proporção nos três milhões, de princípios do século; mas ainda assim, compreenderia com certeza a grande, a imensa maioria da população livre da colônia. Compõe-se, sobretudo, de pretos e mulatos forros ou fugidos da escravidão; índios (...); mestiços de todos os matizes e categorias, que não sendo escravos e não podendo ser senhores, se vêm repelidos de qualquer situação estável, ou pelo preconceito ou pela falta de posições disponíveis; até brancos, brancos puros, e entre eles, como já referi, anteriormente, até rebentos de troncos portugueses ilustres (...); os nossos **poor white**, detrito humano segregado pela colonização escravocrata e rígida que os vitimou.”

“Uma parte desta sub-categoria colonial é composta daqueles que vegetam miseravelmente nalgum canto mais ou menos remoto e apartado da civilização, mantendo-se ao Deus dará, embrutecidos e moralmente degradados (...)”

“Uma segunda parte da população vegetativa da colônia é a daqueles que, nas cidades, mas sobretudo no campo, se encostam a algum senhor poderoso (...) São então os chamados **agregados**, os **moradores dos engenhos** (...)”

“Finalmente, a última parte, a mais degradada, incômoda e nociva é a dos desocupados permanentes, vagando de léu em léu à cata do que se manter, e que, apresentando-se a ocasião, enveredam francamente pelo crime.” (Prado Júnior, 1987, p. 281-283). São do mesmo autor as afirmações: “Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento desajustado que não se podia entrosar normalmente ao organismo econômico e social do País. Isto que já vinha dos tempos remotos da colônia, resultava em contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou menos desocupados, de vida incerta e aleatória e que davam, nos casos extremos, nestes estados patológicos da vida social, a vadiagem criminoso e a prostituição.” (Prado Júnior, 1956, p. 203). Ao diagnosticar as causas desta situação, diz: “Vimos as condições gerais em que se constitui aquela massa popular – a expressão não é exagerada –, que vive mais ou menos à margem da ordem social: a carência de ocupações normais e estáveis capazes de absorver, fixar e dar uma base segura de vida à grande maioria da população livre da colônia. Esta situação tem causas profundas, de que vimos a principal, mais saliente e imediata: a escravidão, que desloca os indivíduos livres da maior parte das atividades e os força para situações em que a ociosidade e o crime se tornam imposições fatais. Mas alia-se, para o mesmo efeito, outro fator que se associa aliás intimamente a ela: o sistema econômico da produção colonial. No ambiente asfíxiante da grande lavoura, vimo-lo noutro capítulo, não sobra lugar para outras atividades de vulto. O que não é produção em larga escala de alguns gêneros de grande expressão comercial e destinados à exportação, é fatalmente relegado a um segundo plano mesquinho e miserável. Não oferece, e não pode oferecer campo para atividades remuneradoras e de nível elevado. E assim, todo aquele que se conserva fora daquele estreito círculo traçado pela grande lavoura, e são quase todos além do senhor e seu escravo, não encontra pela frente perspectiva alguma.”

“Um último fator, finalmente, traz a sua contribuição, e contribuição apreciável de resíduos sociais e inaproveitáveis. É a instabilidade que caracteriza a economia e a produção brasileiras e não lhes permite nunca assentarem-se sólida e permanentemente em bases seguras. Em capítulo anterior já assinalai esta evolução por arrancos, por ciclos em que se alternam, no tempo e no espaço, prosperidade e ruína, e que resume a história econômica do Brasil Colônia. As repercussões sociais de uma tal história foram nefastas: em cada fase descendente, desfaz-se um pedaço da estrutura colonial, desagrega-se a parte da sociedade atingida pela crise. Um número mais ou menos avultado de indivíduos inutiliza-se, perde suas raízes e base vital de subsistência. Passará então a vegetar à margem da ordem social.” (Prado Júnior, 1987, p. 285-286).

- 3 Como avançado, na própria obra de Caio Prado Júnior encontramos muitas referências a tal possibilidade, a qual também se viu fartamente documentada por autores coevos. Apenas a título ilustrativo reproduzimos, pois, dois destes relatos: “Ninguém aqui, disse-me o comandante, quer ganhar dinheiro para trabalhar, por pouco que seja, de um modo constante. Os fazendeiros, que possuem todos grandes extensões de terra, deixam os pobres cultivá-las na quantidade que quiserem; com muito pouco trabalho estes últimos estão certos de ganhar o bastante para viver durante um ano, e preferem repousar a gozar de bem estar devido a alguns suores.” (Saint-Hilaire, 1937, p. 163). “O único recurso que ao pobre cabe é pedir, ao que possui léguas de terra, a permissão de arrotear um pedaço de chão. Raramente lhe é recusada tal licença, mas como pode ser cassada de um momento para outro, por capricho ou interesse, os que cultivam terreno alheio e chamam-se agregados, só plantam grãos cuja colheita pode ser feita em poucos meses, tais como o milho e o feijão. Não fazem plantações que só dêem ao cabo de longo tempo como o café.” (Saint-Hilaire, 1974, p. 24). “Conseguem-se terras tanto por doação como por compra e, como as distribuem baseados só no mapa, sem qualquer medição no terreno, não

admira que surjam contestações e confusões com respeito às divisas. A fim de esclarecer e confirmar suas pretensões, há muitos proprietários que instalam ao redor de suas fronteiras certo número de pequenos sitiantes a que chamam de “moradores”; estes pagam um pequeno foro, buscam seu sustento principalmente pelo cultivo de verduras e preenchem as importantes funções de vigias, impedindo invasão por parte dos proprietários e furtos de madeira. São geralmente gente bronca, que tem família, por vezes um ou dois escravos, e muito crescem à população local; amam contudo a independência e raramente permanecem depois que as divisas já estão devidamente discriminadas e em cultivo suas partes mais remotas. [...] Sucede-lhe, freqüentemente, uma classe mais valiosa de foreiros que possui já um capital pequeno, que empregam na compra de escravos, cultivando porções maiores de terra e pagando seus foros seja em moeda seja em trabalho e, ainda, o que é mais comum, em gêneros. Se o artigo produzido é a cana, a mais lucrativa das culturas do Brasil, metade da produção toca ao dono das terras, pela qual não só fornece ele o solo, como mói a quota do meeiro... (...) Ao mesmo tempo há muitos foreiros que melhoram de situação, fazem-se adiantados entre os lavradores e acabam por se tornarem também proprietários.” (Luccock, 1951, p. 194). O Prof. José Flávio Motta, que leu os originais destas notas, considera tal “permissividade” quanto ao usufruto da terra como “permissividade excludente”, pois a toma, e nisto concordamos plenamente, como crucial no que diz respeito à reprodução da excludência quanto à propriedade plena.

## Referências Bibliográficas

- Luccock, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Martins, 1951, (Biblioteca histórica brasileira, vol. X).
- Prado Júnior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagens às nascentes do Rio S. Francisco e pela província de Goyaz*. São Paulo: Editora Nacional, tomo primeiro, 1937 (Brasíliana, vol. 68).
- \_\_\_\_\_. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo: 1822*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1974 (Reconquista do Brasil, vol. 11).
- Zaluar, Augusto Emílio. *Peregrinação pela província de São Paulo: 1860-1861*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1975 (Reconquista do Brasil, vol. 23).

(\* Professor livre-docente, aposentado pela FEA-USP.  
E-mail: idd@terra.com.br  
O autor agradece as valiosas sugestões e críticas do professor José Flávio Motta.